

-Acordo da Verdade 30 NOV 1993

Durante anos, a dívida externa foi o bode expiatório dos males nacionais. A inflação, a recessão, o desemprego, a fome e a miséria eram conseqüência da dívida, na palavra de ordem dos ditos progressistas para retardar a hora da verdade. A partir do início do acordo da dívida, ontem, em Toronto, no Canadá, não há mais desculpas para o país fugir ao ajuste fiscal.

O tempo ensinou os brasileiros a desmistificarem a dívida externa como mais um *bicho-papão*. Mas, numa confirmação da sua preferência pelo atraso, o Brasil será o último dos grandes devedores a fechar o acordo de sua dívida. Na América Latina, o México, a Argentina, a Venezuela, a Bolívia, o Chile e até o Peru renegociaram suas dívidas há muito tempo e já estão avançados nos planos de ajuste fiscal.

A única relação real da dívida externa com a questão fiscal — que é a raiz da crise econômica que condenou o Brasil à estagflação nos últimos doze anos (inflação alta acompanhada de recessão e surtos de crescimento que não se sustentam) — é que durante muito tempo o endividamento externo ajudou a iludir a sociedade quanto aos perigos do déficit fiscal.

O déficit consolidado dos orçamentos públicos existia desde a segunda metade dos anos 70, mas a sociedade brasileira não percebia os seus efeitos porque a cobertura do déficit era feita pelo aporte de poupança externa, mediante a tomada de empréstimos bancários. Os Estados Unidos fazem há décadas exatamente o que fez o Brasil no passado. Mas a diferença fundamental é que o governo americano emite a própria moeda em que se endivida. E, apesar da perda relativa do poderio econômico dos EUA, o dólar, por ser a principal moeda de trocas comerciais e financeiras, mantém credibilidade elevada.

O grande mérito da renegociação conduzida com habilidade e paciência pelo negociador da dívida externa na administração Marcílio Marques Moreira, e atual presidente do Banco Central, Pedro Malan, foi desmistificar a questão e reduzi-

la à sua expressão verdadeira: um problema de adequação de prazos e fluxos financeiros à capacidade fiscal de pagamento do Brasil. A renegociação da dívida, portanto, funciona como a entrada do prato principal: o ajuste fiscal.

Os sacrifícios pedidos pelo ministro Fernando Henrique Cardoso à sociedade, sob a forma do aumento geral de 5% nos impostos, podem ser considerados uma cota menor do que a pedida em outras ocasiões. O governo cuidou primeiro de promover cortes profundos nas finanças públicas antes de estender o pires à sociedade. Os 5% são até módicos se, através dele, o governo eliminar o imposto inflacionário, atualmente com a alíquota de 35% ao mês e que atinge mais os menos favorecidos.

A hora da verdade em matéria fiscal exige grande sacrifício de todo o setor público, de longe o maior responsável pela desordem financeira e a inflação que nos atingem há duas décadas. As empresas estatais que não forem privatizadas precisam ser sacudidas de alto a baixo para eliminar a ineficiência e o desperdício de dinheiro público.

Mas a contribuição mais importante precisa ser dada pela solidariedade dos estados e municípios à União, mediante a transferência de 15% de todos os recursos fiscais apurados nos próximos dois anos para atender à liquidação de déficits passados e futuros. Além de contrapartida natural às renegociações, a longo prazo, de suas dívidas externa e interna por parte da União, a medida permitiria completar a repartição de receitas e encargos determinados pela Constituição de 1988 entre a União, os estados e os municípios no campo social.

O Congresso tem obrigação moral de aprovar com urgência a medida na revisão da Constituição. Seria o meio de se redimir da omissão de não providenciar medidas complementares à Constituição de 88, da responsabilidade pela roubalheira no Orçamento da União, e de todo o transtorno que causou à sociedade por fugir todos esses anos ao ajuste fiscal.